

**Programa de Pós-Graduação em Educação  
Universidade do Estado do Mato Grosso  
Cáceres - Mato Grosso - Brasil**

Revista da Faculdade de Educação. Vol.38 - N.02 (JUL /DEZ) / 2022  
ISSN: 2178-7476



## **FONTES HISTÓRICAS E NOVAS TECNOLOGIAS NO ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SOBRE O BRASIL IMPÉRIO**

### **HISTORICAL SOURCES AND NEW TECHNOLOGIES IN TEACHING THE HISTORY OF EDUCATION ABOUT THE EMPIRE OF BRAZIL**

### **FUENTES HISTÓRICAS Y NUEVAS TECNOLOGÍAS EN LA ENSEÑANZA DE LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN SOBRE EL IMPERIO BRASIL**

Juarez José Tuchinski dos Anjos  
Doutor em Educação

Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação, modalidade  
profissional, da Universidade de Brasília  
Brasília – Distrito Federal – Brasil  
juarezdosanjos@yahoo.com.br  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4677-5816>

#### **RESUMO**

O objetivo deste artigo é refletir sobre as possibilidades do uso de fontes históricas aliadas a algumas novas tecnologias no ensino da disciplina história da educação em cursos de licenciatura, focando-se, em particular, na discussão de um conteúdo/período específico do passado educacional brasileiro: a história da escola e da escolarização na era imperial (1822-1889). A argumentação divide-se em quatro momentos. Tendo sempre em mente o ensino de história da educação sobre o Brasil Império, inicialmente, são discutidas as possibilidades do uso da imprensa periódica oitocentista e das redes sociais; em seguida, a utilização da legislação educacional imperial acompanhada de formulários colaborativos online; posteriormente o emprego de manuais escolares oitocentistas disponíveis na rede mundial de computadores. Ao final, na quarta parte, são tecidas algumas considerações, a modo de conclusão.

Palavras-chave: Brasil Império, ensino, fontes, história da educação, novas tecnologias.

#### **ABSTRACT**

The present paper is aimed at reflecting on the possibilities of use of historical sources allied to some new technologies in teaching the subject history of education in undergraduate courses, primarily focusing on the discussion of a specific content/period of the Brazilian educational past: the history of school and schooling in the imperial period (1822-1889). The argument is divided into four parts. While considering the teaching of history of education about the Empire of Brazil, the possibilities of use of the 19<sup>th</sup> century periodical press and social networks are initially discussed, followed by the use of the imperial educational legislation combined with online collaborative forms and, subsequently, the use of 19<sup>th</sup> century school textbooks available on the world wide web. In the fourth and last part, some considerations are made by way of conclusion.

Keywords: Empire of Brazil, teaching, sources, history of education, new technologies.

## RESUMEN

El objetivo de este artículo es reflexionar sobre las posibilidades de utilizar fuentes históricas aliadas a algunas nuevas tecnologías en la enseñanza de la disciplina historia de la educación en cursos de graduación, centrándose, en particular, en la discusión de un contenido/período específico de el pasado educativo brasileño. : la historia de la escuela y la escolarización en la época imperial (1822-1889). Siempre teniendo en cuenta la enseñanza de la historia de la educación sobre el Imperio de Brasil, inicialmente, se discuten las posibilidades de utilizar la prensa periódica del siglo XIX y las redes sociales; luego, el uso de la legislación educativa imperial acompañada de formularios colaborativos en línea; más tarde, el uso de libros de texto escolares del siglo XIX disponibles en la red mundial. Al final, en la cuarta parte, se hacen algunas consideraciones, a modo de conclusión.

Palabras clave: Brasil Imperio, enseñanza, fuentes, historia de la educación, nuevas tecnologías.

## Introdução

O objetivo deste artigo – baseado em experiências de docência – é refletir sobre as possibilidades do uso de fontes históricas aliadas a algumas novas tecnologias no ensino da disciplina história da educação em cursos de licenciatura, focando-se, em particular, na discussão de um conteúdo/período específico do passado educacional brasileiro: a história da escola e da escolarização na era imperial (1822-1889).

As fontes históricas, enquanto evidências do passado no presente (BURKE, 2017) são a base do trabalho do historiador, as testemunhas que ele interroga para produzir conhecimento sobre os homens e mulheres no passado. Mas, ao mesmo tempo, elas representam possibilidades empíricas para que estudantes da disciplina história da educação brasileira tomem contato com temas, problemas e objetos estudados pelos historiadores e transformados, pelos professores da disciplina, em tópicos de ensino e aprendizagem em sala de aula. Já por novas tecnologias tenho em mente aqui a *internet*, os *smartphones* e algumas *redes sociais*. A partir de minha experiência em sala de aula – que creio não tratar-se de uma exceção –, noto que estas se encontram no centro da vida de boa parte dos estudantes, sendo, com efeito, tecnologias bastante difundidas e de fácil acesso e utilização no processo pedagógico. A escolha pela temática da escolarização no Brasil Império, por sua vez, diz respeito à importância que esse período vem ganhando na pesquisa histórico-educacional recente, uma vez que, a partir dele, parecem se tornar melhor compreendidas as condições e as contradições da história da educação brasileira, tanto em média como em longa duração.

Superando interpretações monarquistas que superestimavam a educação imperial (ALMEIDA, 1989) bem como escritas de historiadores republicanos que apagavam a iniciativa monárquica para reafirmar os feitos republicanos (MOACYR, 1939; AZEVEDO, 1963), a historiografia recente sobre o Império vem procurando compreender as ações educacionais do período à luz do seu próprio contexto. O resultado produzido a partir dessa operação historiográfica (CERTEAU, 2002) é muito bem sintetizado por José Gonçalves Gondra e Alessandra Frota Martinez de Schueler:

Os historiadores da educação brasileira [recente sobre o Império] têm chamado a atenção para os processos de constituição da forma escolar de educação, implementada ao longo

do século XIX, em meio a disputas e tensões, associadas aos projetos de nação e à formação do Estado Brasileiro. Exorcizando marcos cronológicos rígidos e lineares, os historiadores têm produzido um novo olhar sobre o Oitocentos, caracterizando-o como um período fértil de debates, iniciativas e práticas educativas. Estes novos estudos, em sua diversidade teórico-metodológica, se caracterizam pelo abandono de explicações generalizantes sobre os supostos insucessos da história educacional brasileira, na medida em que enfocam a heterogeneidade das formas de educação e de apropriação dos modelos educacionais, enfatizando a pluralidade das possibilidades históricas e usos diversos que os agentes fazem das instituições educativas, escolares e não escolares, remodelando e reconstruindo os espaços, os saberes e os tempos sociais (GONDRA e SCHUELER, 2008, p. 19).

Em que pese essa importância e novo panorama descortinado pela produção historiográfica, trata-se de um conteúdo/período que também sofre daquela conhecida cisão entre pesquisa e ensino que ainda marca o campo enquanto disciplina acadêmica no Brasil (BASTOS, 2016), o que torna significativo, por isso, refletir sobre estratégias didáticas relativas ao seu ensino.

Diante do que foi dito até aqui, se percebe como o ensino de história da educação no Brasil Império, na atualidade, apresenta uma série de dados novos que precisam ser levados para a sala de aula, a fim de tornarem-se não apenas objetos de pesquisa, mas, também, de ensino. Todavia, como realizar a transposição didática (CHEVALARD, 1991) dessas e outras interpretações das pesquisas recentes para o ensino de história da educação, valendo-se, em especial, de fontes e novas tecnologias?

Como tem observado a historiografia contemporânea, a ida decidida aos arquivos (algo que não era comum antes dos anos 80, no campo), o recurso dos historiadores a novas fontes ou de novos olhares sobre “velhas fontes” foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa sobre a educação no Brasil Império (GONDRA e SCHUELER, 2008). Penso, por isso, que a utilização de alguns desses arquivos e documentos em sala de aula, mediados pelas novas tecnologias, pode ser uma das chaves viáveis para a transposição didática (CHEVALARD, 1991) das interpretações mais recentes sobre esse período de nossa história educacional, desde que acompanhados, obviamente, do diálogo constante com a nova historiografia.

O artigo, até aqui introduzido, divide-se em quatro momentos. Tendo sempre em mente o ensino de história da educação sobre o Brasil Império por mim praticado no decorrer dos últimos anos na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, inicialmente, discutirei as possibilidades do uso da imprensa periódica e das redes sociais; em seguida, a utilização da legislação educacional aliada a formulários colaborativos online; posteriormente o emprego de manuais escolares oitocentistas disponíveis na rede mundial de computadores. Ao final, na quarta parte, teço algumas considerações, a modo de conclusão.

### **A imprensa periódica oitocentista e as redes sociais**

Uma contribuição significativa das novas tecnologias para a pesquisa em história

da educação foi a criação da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro<sup>1</sup>. Hoje é praticável, de qualquer lugar, acessar nesse repositório jornais digitalizados de diferentes regiões do Império em uma determinada década, ou, ainda, acompanhar o conjunto de publicações de uma província específica ou um período em particular, tanto jornais de caráter mais genérico e oficioso (como eram, por sinal, a maioria dos jornais daquele tempo) como alguns dos primeiros títulos de uma imprensa eminentemente pedagógica (sobretudo, a partir da década de 1870). Esse recurso – uma verdadeira revolução para a pesquisa histórica contemporânea – a meu ver, também pode ser utilizado nas aulas de História da Educação sobre o Império. Isso porque a imprensa oitocentista, de fato, é um

...agente de propaganda e, em certa medida, produtora da escola e da escolarização. Muitas matérias, notícias e editoriais – a leitura contínua de qualquer jornal ou revista o confirma – falam, criticam, incentivam, sugerem e colocam a escola e a escolarização no primeiro plano da cena social, ensejando (...) que se retenham vozes, as mais diferentes, de pessoas que agem no sentido de atribuir valor e significado à instituição escolar nos diversos tempos e espaços nos quais a imprensa periódica é posta em circulação (ANJOS, 2016, p. 107).

Mesmo se levarmos em conta que poucas eram as pessoas que sabiam ler e, certamente, menor ainda o número das que sabiam também escrever – já que, até o final do século XIX, como recordam Diana Vidal e Silvina Givrtz (1998), o ensino desses saberes não era simultâneo, sendo, por isso, bem mais complexa a relação das pessoas com a palavra escrita (VIÑAO FRAGO, 1993) – nem por isso a importância da imprensa como vetor de representações sobre a escola e a escolarização deve ser minimizada. Antes, práticas de leitura em voz alta, muito comuns à época, podem ter sido uma das formas que garantiram que as ideias impressas chegassem também ao mundo dos não letrados, como propõe pensar Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke quando, no seu estudo sobre o jornal *O Carapuceiro*, escreve que

... o que deve ser levado em conta nessa questão é a possibilidade de haver um grande número de pessoas que, apesar de analfabetas, não eram imunes à ação educativa dos jornais e de outras matérias impressas. Estudos recentes têm demonstrado que nos séculos XVIII e XIX o impacto da imprensa foi crescente e passou a atingir um número cada vez maior de pessoas que não sabiam ler. A prática da leitura em voz alta era nessa época muito difundida e valorizada. Vista como manifestação de sociabilidade e atributo de pessoa culta e refinada, como atestam os vários manuais de arte da leitura da época, essa prática favorecia também os que anteriormente haviam ficado à margem do universo da escrita. Na qualidade de ouvintes podiam, pois, participar do mundo das letras e do que era veiculado pela palavra impressa (PALLARES-BURKE, 1998, p. 150).

Mas, como utilizar nas aulas de história da educação sobre o Brasil Império uma fonte tão rica como a imprensa periódica oitocentista?

Tenho notado ser comum que, ao apresentar informações da historiografia recente aos alunos estes sintam certa desconfiança (saudável, é bom que se diga) sobre determinadas interpretações,

---

1 <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em 09 de setembro de 2022.

---

pela dificuldade que é desnaturalizar representações cristalizadas acerca do passado. Uma forma de ajudá-los nesse processo tem sido, justamente, convidá-los a acessar, pelos seus *smartphones*, alguns dos jornais do tempo do Império, para que, ao folheá-los virtualmente percebam, como bem alerta Robert Darnton (2005), que o mundo do passado não era mais simples que o nosso, mas, diferente. Ademais, este exercício os tem ajudado a, “fazendo perguntas aos documentos e prestando atenção às respostas, (...) ter o privilégio de ascultar almas mortas e avaliar as sociedades por elas habitadas” (DARNTON, 1987, p. 7).

Após um lance de olhos sobre esse material, costumo dividir a turma em grupos responsáveis por localizar, em determinados jornais de um período específico – a década de 1870, por exemplo – ou um jornal em especial de determinada região do Império, informações sobre a escola e a escolarização: anúncios de colégios particulares ou materiais escolares, notícias sobre exames escolares, artigos falando da educação, dentre outros. É importante chamar a atenção deles para a diversidade de temas que se pode encontrar e o lugar que estes ocupavam na institucionalização da escola primária no Império: o significado da existência de um ensino particular ao lado do público e as diferenciações sociais e educacionais que adivinham disso; a importância de um provimento material (cadernos, penas, mobílias, livros escolares, dentre outros) para o adequado funcionamento da escola e aplicação dos métodos de ensino então utilizados; o porquê de se dar tanto destaque à realização de exames de conclusão escolar, a ponto de serem noticiados e propalados publicamente por meio da imprensa; o significado das críticas e elogios feitos publicamente à escola e seus agentes em jornais e publicações a pedidos, como sintoma da assimilação da escola pela sociedade, etc. No decorrer do processo, procuro ajuda-los a realizar a leitura das fontes investigadas, para contextualizá-las adequadamente à luz da historiografia sobre tais temas. Também é um bom momento para lembrá-los que a imprensa, apesar de sua suposta imparcialidade, não é uma fonte neutra, sendo, antes, um dos ingredientes dos acontecimentos que relata ou dá a ver (DARNTON, 1996).

Para concluir a atividade, costumo realizar uma socialização das informações encontradas entre as equipes. Uma forma de fazer isso é pelo *print* das fontes e sua publicação em uma rede social de fotografias como o *instagram*. Para cada *print* (publicação), um grupo de estudantes se encarrega de fazer a devida contextualização da fonte jornalística selecionada ancorando-se em textos historiográficos mediados pelo professor, exercitando, assim, um pouco de crítica documental, em forma de descrição da imagem. Após, os demais estudantes navegam pelas diferentes publicações dos colegas, deixando seus comentários e observações sobre o trabalho efetuado coletivamente. O perfil, posteriormente, pode ser colocado público para que pessoas externas à turma também tomem contato com a atividade empreendida de forma colaborativa, ensaiando um caráter extensionista a essa prática de ensino.

## Legislação educacional e formulários colaborativos online

Outra das dificuldades em ensinar história da educação sobre o Império reside na dispersão tanto da historiografia quanto das experiências históricas que se quer compreender. Isso porque, em função do Ato Adicional de 1834, cada província tornou-se responsável pela organização do ensino elementar, o que resultou em múltiplas e variadas experiências de escola e escolarização. Os estudos mais regionalizados que geralmente têm sido empreendidos, embora importantes, também não permitem muitas vezes um exame comparado ou conectado entre as diferentes regiões, o que pode, em se tratando da história ensinada, levar a um olhar deveras fragmentado sobre uma realidade pretérita que, à luz dos novos estudos das chamadas histórias comparadas (ARAÚJO, 2009) ou conectadas da educação (VIDAL, 2005), tem se revelado, por vezes, muito mais interligada do que se imaginava.

Um exercício didático nesse sentido para ajudar a capturar, ainda que em “instantâneos”, vestígios dessa complexa organização escolar, é a consulta à legislação de algumas províncias sobre a educação:

Todavia, desde o princípio, o historiador aprende que o texto legal é, sobretudo, uma fonte prescritiva: não é a realidade do funcionamento da escola, mas uma tentativa de organização e intervenção nessa realidade (...). No que diz respeito especificamente à educação, a legislação, por seu caráter prescritivo, torna-se evidência de como determinadas ideias e concepções pedagógicas se impõem sobre as outras. Há leis, por exemplo, que estabelecem reformas no ensino (métodos, currículo prescrito, livros didáticos a serem adotados), no bojo das quais estão implícitas certas correntes do pensamento educacional em detrimento de outras, por razões que compete ao historiador tentar descobrir caso queira entender como uma lei se propunha a organizar e intervir a realidade escolar no período histórico sobre o qual deseja tratar. Certamente, nesse caso, há que se compararem diferentes leis sobre o mesmo assunto, aprovadas antes e depois da que se quer interpretar, para evidenciar melhor essas disputas do campo pedagógico que a legislação escolar tem como revelar. (ANJOS, 2016, p. 103)

Em um projeto de colaboração entre a Sociedade Brasileira de História da Educação e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, a legislação escolar das Províncias do Ceará (VIEIRA, 2006), do Paraná (MIGUEL e MARTIN, 2004), do Rio Grande do Sul (TAMBARA e ARRIADA, 2004), da Paraíba (PINHEIRO e CURY, 2004) e Rio Grande do Norte (ARAÚJO *et al*, 2004), no período imperial, foram transcritas e encontram-se acessíveis para download gratuito na página do INEP.<sup>2</sup> São, assim, um bom ponto de partida digital, através da *internet* e *smartphones*, para a condução de algumas atividades em sala de aula relativas à educação escolar no Brasil Império.

Uma proposta de trabalho que tenho praticado, novamente, é a da divisão da turma em grupos responsáveis, cada um, por consultar um regulamento de instrução de uma dessas províncias, em uma mesma década, preferencialmente. Enfatizo aqui os regulamentos em detrimento de outros

---

<sup>2</sup> < <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/historia-da-educacao> > Acesso em 09 de setembro de 2022.

tipos de legislação escolar da época por serem, estes, textos legais que abarcam uma gama mais ampla de temas ligados à instrução, permitindo, por isso mesmo, uma visão mais orgânica da escola e da escolarização em cada região do Império, obviamente, no nível da prescrição (ANJOS e SOUZA, 2016). Já a necessidade de fazer-se a comparação optando por um mesmo período, uma década no caso, é condição para permitir observar melhor as semelhanças e diferenças que tiveram lugar num mesmo momento em distintas regiões para, posteriormente, tentar discuti-las e compreendê-las.

Dada a riqueza de informações presente nos regulamentos de instrução das províncias, costumo selecionar o tipo de temas que desejo analisar a partir desses documentos, como, por exemplo, currículo da escola, idades escolares, materiais escolares, espaços escolares, normas disciplinares, regras para a profissão docente, inspeção do ensino, etc. Cada um desses temas tem sido, na historiografia recente, objeto de substanciais análises que revelam, por exemplo, como a produção de espaços escolares adequados ao ensino (FARIA FILHO e VIDAL, 2005) foi um dos elementos necessários para a legitimação da forma escolar entre nós ou como a criação de mecanismos eficazes de inspeção – do ensino, dos professores e dos alunos – foi alçada à condição indispensável para a organização e implementação das inovações e iniciativas relativas à escolarização da infância no Império (BARBOSA, 2016).

Para a finalidade de comparação, é importante que os grupos, embora trabalhem com diferentes regiões, recebam os mesmos temas para análise (o que poderá resultar, inclusive, em mais de uma aula valendo-se do mesmo recurso), uma vez que só assim será possível comparar o comparável nos diferentes textos legais. Insisto que cada um desses tópicos tem sido objeto de estudos específicos da historiografia, que podem, por isso, ser sugeridos como bibliografia auxiliar para o trabalho dos grupos. Também é importante, a partir de estudos como os de E. P. Thompson (1997) sobre a lei negra na Inglaterra ou Luciano Mendes de Faria Filho (1998) sobre a legislação escolar como fonte para a história da educação, ajudar os estudantes a compreenderem a lei como uma produção histórica e social, fruto de tensões e negociações que, mesmo não sendo a realidade da escola, nos diz muito sobre como o Estado desejava intervir e organizar essa realidade, com vistas à produção da escolarização em um determinado contexto histórico.

Feita a localização dos temas nas diferentes fontes por parte de cada grupo, uma ferramenta tecnológica que me tem sido de grande valia para a construção da comparação são os formulários colaborativos online, como é o caso do *Google Docs*. Costumo preparar, previamente, um formulário nessa plataforma, em forma de tabela, a ser completado, por cada grupo, com as informações coletadas de modo que, ao final, se tenha uma espécie de quadro sinótico, que permita, assim, comparar como um mesmo tema foi abordado de forma semelhante ou diversa no conjunto das províncias analisadas. A partir desse quadro procedo à várias intervenções, discutindo com a turma as semelhanças e diferenças, ponderando sobre as possíveis causas delas, à luz da historiografia recente. No decorrer da discussão, cada usuário pode, também, fazer anotações e observações pessoais na

tabela que, ao final, pode ser salva como material de estudo e aprofundamentos posteriores dos discentes.

### **Manuais escolares oitocentistas na rede mundial de computadores**

Um aspecto da história da escolarização no Brasil Império que vem recebendo bastante atenção nos últimos anos é o da história dos manuais escolares. Allain Choppin, um das mais importantes referências do tema a nível internacional, explica bem a importância e potencialidade deles como fonte histórica:

Os manuais representam para os historiadores uma fonte privilegiada, seja qual for o interesse por questões relativas à educação, à cultura ou às mentalidades, à linguagem ou às ciências... ou ainda à economia do livro, às técnicas de impressão ou à semiologia da imagem. (...) Depositário de um conteúdo educativo, o manual tem, antes de mais nada, o papel de transmitir às novas gerações os saberes, as habilidades (mesmo o “saber ser”) os quais, em uma dada área e a um dado momento, são julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se. Mas, além desse conteúdo objetivo cujos programas oficiais constituem a trama, em numerosos países, o livro de classe veicula, de maneira mais ou menos sutil, mais ou menos implícita, um sistema de valores morais, religiosos, políticos, uma ideologia que conduz ao grupo social de que ele é emanção: participa, assim, estreitamente do processo de socialização, de aculturação (até mesmo de doutrinação) da juventude. É, igualmente, um instrumento pedagógico, na medida em que propõe métodos e técnicas de aprendizagem, que as instruções oficiais ou os prefácios não poderiam fornecer senão os objetivos ou princípios norteadores (CHOPPIN, 2002, p. 13-14).

No caso das pesquisas recentes sobre o Brasil Império, esse entendimento em torno do manual escolar como fonte tem, também, colaborado para a superação da ideia de uma escola que não se dedicava ou não conseguia realizar o ensino das disciplinas que se propunha a difundir na sociedade; antes, tem revelado aspectos importantes sobre as ideologias, os saberes, o currículo e as representações em torno deles, postas em circulação por meio desses impressos escolares ao longo do século XIX. São pesquisas que transitam, portanto, entre a história dos manuais e a própria história das disciplinas escolares.

Atualmente, vários desses manuais que circulavam nas escolas há cento e cinquenta anos podem ser encontrados digitalizados na rede mundial de computadores, graças a esforços de pesquisadores e arquivistas. Destaco, aqui, apenas para ilustrar, a coleção do LEMAD – Laboratório de Ensino e Material Didático da Universidade de São Paulo que, dentre suas iniciativas de pesquisa, tem empreendido digitalização de livros didáticos brasileiros dos séculos XIX e XX<sup>3</sup>. No que toca ao Brasil Império, podem ser encontrados no site obras como *Lições de História Pátria*, de Américo Brasiliense (1876); *Cartas sistemáticas para aprender a ler e escrever*, de João José Rodrigues (1867); *Silabário Português*, escrito por J. R. Galvão (1879); *O Livro do Povo*, famoso livro didático da autoria de Antonio Marques Rodrigues (1865); *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*, por Jerônimo Soares Barboza (1830) e as *Lições de História do Brasil adaptadas à leitura das escolas* de Antonio

---

3 <<http://lemad.fflch.usp.br/>> Acesso em 09 de setembro de 2022.

Álvares Pereira Coruja (1873). Além dos livros digitalizados existentes no LEMAD, também existem diversos títulos em suporte online nos acervos digitais da Biblioteca Brasileira José e Guita Midlin, da USP<sup>4</sup>; da Biblioteca Digital de Obras Raras da Câmara dos Deputados<sup>5</sup> e da Biblioteca Digital de Obras Raras do Senado Federal<sup>6</sup>, apenas para citar os mais famosos.

Variadas são as possibilidades de utilização desses manuais escolares oitocentistas, facilmente acessáveis até mesmo por *smartphones* através da *internet*, nas aulas de história da educação brasileira sobre o período imperial.

Um primeiro tipo de atividade que costumo praticar é a que diz respeito ao que poderíamos chamar de história do mercado editorial brasileiro no Império. Nesse sentido, são distribuídos alguns desses títulos a grupos de alunos, pedindo que identifiquem nessas obras as marcas editoriais: nome do autor, título da obra, local em que foi impressa, época. Em seguida, são orientados para, a partir de sites de busca como o *Google*, tentar reunir informações sobre o autor e editora/tipografia, particularmente, investigando se já foram realizados estudos historiográficos sobre esses aspectos editoriais, a fim de perceberem que, já no Império, a escola começava a se desenhar como uma consumidora e algumas tipografias como fornecedoras de um verdadeiro mercado editorial, sem receio algum de, com essa expressão, incorrer-se em anacronismo. Estudos como os de Gisele Baptista Teixeira (2008) e Samuel Luis Velázquez Castellanos (2012) podem ser de grande auxílio na compreensão do fenômeno editorial no qual se inserem os livros escolares no Império.

Um segundo tipo de atividade que realizo com livros didáticos oitocentistas se relaciona ao estudo da história do currículo e das disciplinas escolares. Também em grupos, os alunos são convidados a folhear os índices ou sumários de alguns manuais da época previamente selecionados pelo professor, procurando identificar ali saberes e conteúdos ensinados nas escolas brasileiras do Império. A partir disso são motivados, num exercício comparativo entre a escola do passado e a escola do presente, a individualizar saberes ligados a algumas disciplinas que permanecem no currículo atual e outros que desapareceram. Para concluir, através da socialização dos resultados observados por cada grupo, com base na historiografia recente, auxilio a turma na compreensão das eventuais mudanças e permanências encontradas, que revelam, assim, no encontro do “Outro com o mesmo” (MARROU, 1971), como ainda somos tocados e educados – ou não – por experiências escolares de longa duração, vindas do tempo do Império.

Um terceiro tipo de atividade é desenvolvido pela leitura de livros didáticos dedicados a matérias específicas que compunham o currículo da escola primária imperial, como a História. Focando-se somente nesse tipo de manual, os alunos, em grupo, são convidados a observar como um mesmo fato podia ser tratado de forma diferenciada por autores diversos ou, ainda, como determinados acontecimentos eram eleitos dignos de serem ensinados em detrimento de outros. É

4 <<http://www.brasiliana.usp.br/>> Acesso em 09 de setembro de 2022.

5 <<http://bd.camara.leg.br/bd/>> Acesso em 09 de setembro de 2022.

6 <<http://www12.senado.leg.br/institucional/biblioteca>> Acesso em 09 de setembro de 2022.

interessante, para a socialização e debate, recorrer ao registro dos principais dados obtidos por cada grupo em um formulário *Google docs* que, posteriormente, pode subsidiar os fechos e amarrações que se façam necessários, por parte do professor.

### **Considerações finais**

Ao longo deste capítulo, procurei refletir – a partir da minha experiência docente – sobre as possibilidades do uso de algumas fontes aliadas às novas tecnologias para o ensino da história da educação sobre o Brasil Império, no âmbito da disciplina história da educação brasileira, ministrada em cursos de licenciatura. Para além do que foi já dito, gostaria de tecer, ainda, algumas considerações, a modo de conclusão.

O que se desenvolveu aqui não foram mais que reflexões sobre uma prática, que podem inspirar o ensino de História da Educação sobre o Brasil Império. Ainda que a intenção tenha sido, sobretudo, refletir sobre a potencialidade do uso de fontes históricas e das novas tecnologias em sala de aula sem esgotar o tema, nem por isso podemos desconsiderar que esse uso traz consigo, também, alguns desafios específicos.

O primeiro deles é o das próprias limitações tecnológicas. Muitas das atividades sobre as quais refleti supõem, além da existência dos *smartphones*, uma adequada rede de *wireless* que oportunize, destarte, um tráfego ágil e eficaz pela *internet*. Nos casos em que não se possa dispor disso, mais do que desconsiderar-se essas ferramentas, cumpre buscar alternativas para seu uso, como a busca prévia por tais conteúdos anteriormente à sala de aula e a posterior disponibilização dos dados, também em ambiente de rede mais estável. Da mesma forma, nem sempre o *smartphone* pode se revelar a melhor plataforma para a leitura de determinadas fontes, especialmente as digitalizadas e não transcritas. Nesse caso, pode-se pensar na realização da aula em outros espaços melhor equipados tecnologicamente, como é o caso de laboratórios de informática, onde, então, se disporá de *microcomputadores* ou *tablets*.

O segundo desafio é de mote historiográfico. Já há algum tempo tem sido notado por estudiosos da disciplina História da Educação que, no presente, nem sempre ela tem sido ensinada por pesquisadores da área (BASTOS, 2016). Isso carrega consigo, muitas vezes, a dificuldade de atualização historiográfica nos programas adotados nas mais diversas instituições que ofertam tal disciplina em suas licenciaturas. Nesse caso, é importante que os docentes responsáveis não meçam esforços por realizar constante atualização historiográfica, ao menos, visitando de tempos em tempos periódicos especializados ou os anais dos muitos eventos dedicados à historiografia da educação que ocorrem anualmente em nosso país. Afinal, de nada adiantaria o recurso a fontes e novas tecnologias se ele não estiver a serviço, também, da difusão das novas interpretações sobre a educação escolar no Brasil Imperial.

Por outro lado, mesmo quando a disciplina é ensinada por pesquisadores da área, não necessariamente está garantida a atualização historiográfica em sala de aula. A situação é complexa, mas vale a pena trazer o registro dela feito por Mirian Jorge Warde:

O recente crescimento de orientandos de iniciação científica que se constata nos currículos dos docentes/pesquisadores/autores de História da Educação não representa direta e mecanicamente o que se passa com o ensino da disciplina na graduação; bem ao contrário, esse crescimento torna mais complexa a sua compreensão, uma vez que investir em orientandos de iniciação científica poderia ser a condição de sobrevivência da disciplina em um curso de tendências ultraprofissionalizantes (...) enquanto a maioria dos alunos (e, indiretamente, os demais professores) receberia o que pede, o “cobre” da História, os orientandos de iniciação científica receberiam o “ouro” da pesquisa e das leituras mais avançadas, principalmente se incluídos nas atividades dos grupos de pesquisa compostos de outros pesquisadores, bem como de alunos de mestrado e doutorado (WARDE, 2011, p. 307).

Nesse caso – ou no outro extremo da questão – está o da responsabilidade dobrada dos docentes pesquisadores em história da educação de empreender a atualização historiográfica dos próprios programas da disciplina (inclusive, além dos limites de seus campos e temas específicos de investigação), evitando, a todo custo, o alargamento da fratura entre ensino e pesquisa, que levaria, assim, a produção de quase castas discentes onde, como pontua Warde, alguns estudantes têm acesso a conteúdos mais atualizados enquanto os demais acabam tendo acesso, ainda, às velhas e nem sempre matizadas interpretações historiográficas, como aquelas relativas à educação no Brasil Império que têm sido rejeitadas pelos pesquisadores na atualidade.

Por fim, o terceiro e último desafio. A conjugação entre ensino de história da educação no Brasil Império, fontes e novas tecnologias deve ser vista, sempre, como uma *facilitadora* da relação pedagógica, nunca uma *simplificadora* ou *substituta* do processo de ensino e aprendizagem que é, sempre, um diálogo entre pessoas, com suas visões de mundo, desafios, sonhos, projetos e compromissos. Se isso é válido para qualquer disciplina, o é ainda mais para a História, que tem como característica primordial, parafraseando Marc Bloch (2011), o interesse pela vida e pela pessoa humana, em sua totalidade, no tempo. Essa, sem dúvida, é a maior contribuição que a história da educação pode trazer para a formação dos futuros professores.

## Referências

ALMEIDA, J. R. P. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*. São Paulo: Hucitec, 1989.

ANJOS, J. J. T. Teorizando e apresentando fontes para a pesquisa sobre a história da escola e da escolarização no Paraná. In: SILVA, E. P.; SILVA, S. A. C. (orgs.) *Metodologia da pesquisa científica em educação: dos desafios emergentes a resultados eminentes*. Curitiba: Ithala, 2016, p. 100-113.

ANJOS, J. J. T.; SOUZA, G. Nos “rigores” da lei: a escolarização da infância na legislação da instrução pública da Província do Paraná (1857-1883). *Revista Brasileira de Educação*. Campinas, v. 21, n. 67, p. 875-896, out.-dez. 2016.

ARAÚJO, M. M. de. *História(s) Comparada(s) da educação*. Brasília: Liber Livro, 2009.

ARAÚJO, M. M. *et al.* *Legislação educacional da Província do Rio Grande do Norte (1835-1889)*. Brasília: INEP, 2004.

AZEVEDO, F. *A Cultura Brasileira*. Brasília: Editora da UnB, 1963.

BARBOSA, E. B. L. *Por terra, por água, pela leitura: as conexões dos responsáveis pela inspeção e instrução pública no Paraná (1854-1890)*. (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

BARBOZA, J. S. *Gramática filosofia da língua portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1830.

BASTOS, M. H. C. O que é a História da Educação no Brasil hoje? Tempos de Reflexão. *Espacio, Tiempo y Educación*. V. 3, n. 1, p. 43-59, jan.-jul. 2016, p. 43-59.

BURKE, P. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

BIBLIOTECA BRASILIANA digital Guita e José Mindlin. <<http://www.brasiliana.usp.br/>> Acesso em 9 set. 2022.

BIBLIOTECA DIGITAL DA CÂMARA dos Deputados. <<http://bd.camara.leg.br/bd/>> Acesso em 9 set. 2022 .

BIBLIOTECA DIGITAL DO SENADO Federal. <<http://www12.senado.leg.br/institucional/biblioteca>> Acesso em 9 set. 2022.

BLOCH, M. *A apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

BRASILIENSE, A. *Lições de História Pátria*. São Paulo: Na Typographia da Província, 1876.

CASTELLANOS, S. L. V. *O livro escolar no Maranhão Império: produção, circulação e prescrições*. (Doutorado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Araraquara, 2012.

CERTEAU, M. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHEVALARD, Y. *La transposición didáctica: del saber sábio al saber enseñado*. Buenos Aires: Aique, 1991.

CHOPPIN, A. Os historiadores e o livro escolar. *História da Educação*. Pelotas, n.11, p. 5-24, 2002.

CORUJA, A. A. P. *Lições de História do Brasil adaptadas a leitura das escolas*. Rio de Janeiro: Esperança, 1873.

DARNTON, R. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DARNTON, R. Introdução. In: DARNTON, R; ROCHE, D (orgs.) *Revolução Impressa: A imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 15-20.

DARNTON, R. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

FARIA FILHO, L. M. A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, L. M. (org.) *Educação, modernidade e civilização*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 89-125.

FARIA FILHO, L. M.; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Campinas, n. 14, p. 19-34, mai.-ago. 2000.

GALVÃO, J. R. *Silabário Português*. Sem local: sem editora, 1879.

---

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. F. M. *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

HEMEROTECA Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em 9 set. 2022.

INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <<https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/historia-da-educacao>> Acesso em 9 set. 2022.

LABORATÓRIO de Ensino e Material Didático da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. <<http://lemad.fflch.usp.br/>> Acesso em 9 set. 2022.

MARROU, H. I. *História da Educação na Antiguidade*. São Paulo: Editora Herder, 1971.

MIGUEL, M. E. B; MARTIN, S. D. *Coletânea da Documentação Educacional Paranaense no período de 1854 a 1889*. Brasília: INEP, 2004.

MOACYR, P. *A instrução e as Províncias*. 3 vol. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

PALLARES-BURKE, M. L. G. A imprensa como uma empresa educativa no século XIX. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 104, p. 144-163, jul. 1998.

PINHEIRO, A. C. F.; CURY, C. E. *Leis e regulamentos da instrução da Paraíba no período imperial*. Brasília: INEP, 2004.

RODRIGUES, A. M. *O livro do povo*. São Luis: Typographia do Frias, 1865.

RODRIGUES, J. J. *Cartas Systemáticas para aprender a ler*. Sem Local: Livraria Francesa, 1867.

TAMBARA, E.; ARRIADA, E. *Leis, atos e regulamentos sobre educação no período imperial na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Brasília: INEP, 2004.

TEIXEIRA, G. B. *O grande mestre da escola: os livros de leitura para a escola primária da capital do Império Brasileiro*. (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

VIDAL, D. G. *Culturas escolares: Estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)*. Campinas: Autores Associados, 2005.

VIDAL, D. G.; GVIRTZ, S. O ensino da escrita e a conformação da modernidade escolar. Brasil e Argentina, 1880-1940. *Revista Brasileira de Educação*. Campinas, n. 8, p. 14-30, mai.-ago. 1998.

VIEIRA, S. L. *Leis de reforma da educação no Ceará*. Brasília: INEP, 2006.

VIÑAO FRAGO, A. Oralidade e escrita: os paradoxos da alfabetização. In: *Alfabetização na sociedade e na história*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993, p. 15-28.

WARDE, M. J. Brincando nos campos do senhor: anotações para uma história da formação dos professores e do ensino de História da Educação no Brasil. In: CARVALHO, M. M. C.; GATTI JR., D. (orgs.) *O ensino de História da Educação*. Vitória: Editora da Universidade Federal do Espírito Santo, 2011, p. 305-337.